



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Sergipe, 2 a 8 de setembro de 2013, Ano XXX, Edição 1586



www.cinform.com.br



ECOLOGIA

# Rio Japarutuba continua sendo aterrado ilegalmente

**Problema vem sendo denunciado pelo Cinform desde 2008, mas nada foi feito até o momento. Pescadores dizem que o aterro afeta a atividade pesqueira**

■ Mesmo com diversas denúncias feitas pelo jornal Cinform desde o ano de 2008, em relação a um aterramento ilegal de um trecho do Rio Japarutuba, por fazenda de propriedade particular que fica entre os Municípios de Japarutuba e Pirambu, nada ainda foi feito para resolver o problema.

No dia 27 de agosto, uma audiência pública foi marcada pelo Ministério Público Estadual para debater sobre os problemas do rio, onde foram convocados alguns proprietários de terrenos próximos. A reunião, porém, não aconteceu.

Além de estar aterrando, o portão que dá acesso à Fazenda Petra ocupa uma Área de Preservação Permanente - APP. O proprietário da fazenda estaria aterrando



Amor Gonçalves

**Cascalhos foram colocados para bloquear passagem pelo rio**

parte do rio - o que, além de ser ilegal, dificulta o trabalho de quem vive dele.

O pescador João Dantas diz que o aterramento atrapalha o trabalho dos pescadores. "Nossa rentabilidade diminuiu, ficou péssima por causa disso. Com o bloqueio que foi feito, os peixes não chegam até o ponto em que pescamos", diz.

Ricardo Almeida, que também tem uma propriedade próxima à fazenda, é o principal denunciante do problema desde o início. "O dono da fazenda ordenou que fossem colocados cascalhos em todo o rio, para que facilitasse o

acesso para a fazenda dele. Um crime ambiental gravíssimo", informa.

Edgar dos Santos tinha também uma propriedade próxima ao rio, mas diz que a vendeu por causa dos problemas causados pela Fazenda Petra.

"Com a cancela, fiquei impossibilitado de ter fácil acesso ao meu terreno. Antes, eu fazia um caminho de 2km para chegar até ele, mas, com a colocação da barreira, precisei percorrer quase 15km. Vendi por desgosto".

Carlos Barreto Barbosa não foi localizado pelo Cinform - mas, em depoimentos

anteriores, ele garantia que estava fazendo tudo dentro da lei.

O que os pescadores e outros proprietários querem, agora, é que a Administração Estadual do Meio Ambiente - Adema - faça uma avaliação do lugar e garanta a ilegalidade do problema, que, aos poucos, acaba com mais um bem natural do Estado.

O secretário do Meio Ambiente do Estado, Genival Nunes, foi procurado, mas estava em Brasília (DF). Na Adema e Semar, a Comunicação não soube dar informações sobre o caso. ■